

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de Veículos para atender às necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Estratégia de Saúde da Família e Hospital Municipal Raul Sertã conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Estratégia de Saúde da Família e Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006 e Lei nº 8.666/93.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	Qtd.
1	VEÍCULO SEDAN MÉDIO – 1.3 FLEX NO MÍNIMO – 4 PORTAS – NA COR BRANCA – Zero KM (ano de fabricação e modelo, no mínimo, correspondentes à data de emissão da nota fiscal). Alarme antifurto; Alerta de limite de velocidade; Ar condicionado; Banco do motorista com regulagem de altura; chave canivete com telecomando para abertura de portas, vidros e porta-malas; Cinto de segurança traseiro (lateral e central) retráteis de 3 pontos, computador de bordo; Desembaraçador de vidro traseiro temporizado; direção elétrica progressiva, ESS (Sinalização de frenagem de emergência); Iluminação porta-malas; Motor 1.3 flex no mínimo, travas elétricas; vidros elétricos nas 4 portas; volante com regulagem de altura. 3 (três) primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.	UNID.	6

2	<p>Veículo Hatch – 1.0 à 1.3 Flex – Câmbio Manual – 4 portas – 5 lugares - Cor Branca – Zero KM (ano de fabricação e modelo, no mínimo, correspondentes à data de emissão da nota fiscal)</p> <ul style="list-style-type: none"> * Alarme antifurto * Alertas de limite de velocidade * Ar condicionado * Banco do motorista com regulagem de altura * Chave canivete com telecomando para abertura de portas, vidros e porta-malas * Cinto de segurança traseiros (lateral e central) retráteis de 3 pontos * Computador de bordo * Desembaçador de vidros traseiros temporizado * Direção elétrica * ESS (Sinalização de frenagem de emergência) * Iluminação do porta-malas * Motor 1.0 à 1.3 flex * Travas elétricas * Vidros elétricos nas 4 portas * Volante com regulagem de altura * Tomada 12V * Sistema de som com kit multimídia <p>3 (três) primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de (12) meses. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.</p>	UNID.	4
---	--	-------	---

3	<p>Caminhonete Picape – Médio Porte – Cabine dupla – 4 portas – Diesel 2.3 no mínimo – Cor Branca – Zero Km (ano de fabricação e modelo, no mínimo, correspondentes à data de emissão da nota fiscal)</p> <ul style="list-style-type: none"> * Ar condicionado * Banco do motorista com ajuste de altura * Banco traseiro inteiriço * Capota marítima * Engate traseiro com gancho de reboque e tomada elétrica integrada * Motor 2.3 turbo diesel no mínimo * Protetor de caçamba * Kitmultimidia * Sensor de estacionamento traseiro * Câmera a Ré * Tomada 12V * Vidros elétricos e travamento nas 4 portas * Direção hidráulica * Airbag frontal duplo * Cintos de segurança de 3 pinos com ajustes de altura e pré-tensionador * Tração 4x4 <p>3 (três) primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de (12) meses. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.</p>	UNID.	1
---	--	-------	---

2.2. O objeto acima descrito deverá ser veículo novo, não usado/rodado, porém sem a exigência de que o primeiro registro e licenciamento seja em nome do ente federado, Município, todavia, os veículos entregues deverão vir acompanhados do CAT (quando aplicável).

2.3. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Resolução SES nº 1925 de 31 de Outubro de 2019 e de acordo com as Propostas de Aquisição de Equipamento Permanente de nº. 11399.442000/1180-04, nº. 11399.442000/1160-02 e nº. 11399.442000/1200-05 com recurso advindo

de Emenda Parlamentar, além das Requisições e Justificativas de cada Unidade conforme documentação acostada aos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de Veículos justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados.

3.3. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das unidades.

4- QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá atender a ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

ITEM	Vig. Ambiental SES 1925 P.A. 17040/20	Promoção em Saúde SES 1925 P.A. 17040/20	Fiscaliz. Sanitária SES 1925 P.A. 17040/20	Tunney Kassuga emenda 1180-04 P.A. 17512/18	ESF Lumiar emenda 1160-02 P.A. 22230/18	HMRS emenda 1200-05 P.A. 10487/20	TOTAL
1 Veículo Sedan	3	1	2				6
2 Veículo Tipo Hatch				1		3	4
3 Veículo Picape					1		1

4.2. Os veículos destinados à UBS Tunney Kassuga e a ESF Lumiar deverão ser entregues na Subsecretaria de Atenção Básica à Rua Plínio Casado, S/Nº, sala 42 – Centro – Nova Friburgo de segunda à sexta-feira das 09:00 às 16:00hs.

4.3. Os veículos SEDAN destinados à Vigilância Sanitária (Fiscalização Sanitária, Vigilância Ambiental e Promoção de Saúde) deverão ser entregues à Rua Augusto Cardoso, nº 62 – Centro - Nova Friburgo, de segunda à sexta-feira das 09:00 às 16:00hs.

4.4. Os veículos destinados ao Hospital Municipal Raul Sertã deverão ser entregue à Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo máximo de 120 dias, após emitida Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 4.2 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma será aceito produto em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. Os veículos deverão ser entregues, com as Taxas de Emplacamento, Licenciamento e Seguro Obrigatório- DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, primeira vistoria, devidamente adesivado conforme solicitação da requisitante junto com o Logo do SUS e Brasão Município (conforme layout anexo) e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto. Também deverão ser emplacados na respectiva cidade de entrega sem qualquer ônus adicional para a secretaria municipal de saúde.



6 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1 – O bem a ser adquirido enquadrar-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7- RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, no momento da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 03 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1 Vigilância em Saúde (P.A. 17040/2020)

Elemento de Despesa – 44.90.52.06

Fonte de Recurso – 1621 – Sus Estado

Programas de Trabalho – Vigilância em Saúde: 30001.10.305.0086.2.208;
Vigilância Ambiental: 30001.10.305.0086.2.208;
Fiscalização Sanitária: 30001.10.304.0086.2.209;

8.1.2 Emenda: 11399.442000/1180-04 (P.A. 17512/2018)

Elemento de Despesa – 44.90.52.06

Fonte de Recurso – 1601 – SUS

Programa de Trabalho - Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.1030100832.193

8.1.3 Emenda: 11399.442000/1160-02 (P.A. 22230/2018)

Elemento de Despesa – 44.90.52.06

Fonte de Recurso – 1601 – SUS

Programa de Trabalho - Estratégia de Saúde da Família: 0001.1030100832.194

8.1.4 Emenda: 11399.442000/1200-05 (P.A. 10487/2020)

Elemento de Despesa – 44.90.52.06

Fonte de Recurso – 1601 – SUS

Programa de Trabalho - Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200852.202

8.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO,
NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

8.3. A contratada deverá emitir Notas Fiscais distintas para cada emenda parlamentar conforme especificado no item 4 do presente Termo de Referência.

9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:



10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE- referente a Divida Ativa;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Divida Ativa

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

11.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

11.5. Considerando os documentos acostados ao P.A. 30153/2021, a presente aquisição não aplicará o Decreto de padronização nº190 de 25 de outubro de 2013, podendo ser adquirido veículos de outras montadoras além da Volkswagen, conforme justificativas contante nos autos.

11.6. Os veículos deverão estar de acordo com a nova fase do Programa de Controle da Poluição de Ar – PROCONVE L7, que entrou em vigor em janeiro de 2022.

12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1.Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;



12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega do bem em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. Prestar Serviço de Assistência Técnica Gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no prazo máximo de 05 (Cinco) dias úteis.

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente aquisição;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sob prévia autorização da contratante em relação ao prazo solicitado;

13.9. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13.11. Fornecer o veículo novo / Sem uso, com duas chaves e Certificado de Registro, com o Licenciamento Veicular – CRLV em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO, registrado no DETRAN e com os Manuais do Proprietário, de Manutenção e de Garantia.

13.12 Substituir, em um prazo máximo de 30 (Trinta) dias corridos, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia.

13.13. Efetuar as trocas de peças somente por novas e originais ou de desempenho iguais ou superiores as utilizadas na fabricação do veículo, Lubrificantes indicados pelo fabricante, efetuando as 3 (Três) primeiras revisões programadas, sem ônus para a contratante.

13.14. O veículo deverá ser entregue já emplacado, devidamente registrado no DETRAN – CATEGORIA OFICIAL – em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO, CNPJ nº 11.399.442.0001/79 no endereço Av. Alberto Braune – nº 225 – Centro – Nova Friburgo. Devidamente adesivado conforme anexo deste Termo de Referência.

13.15. O fornecedor deverá garantir toda a assistência técnica necessária durante o período da garantia.

13.16. Qualquer despesa com emplacamento dos veículos será responsabilidade da Contratada.

14-MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do presente Termo, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

17- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

18-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução das obrigações, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução da entrega do bem, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

17040/2020	Marcelo Miler Martins da Costa – Matrícula 207004 – Fiscal Titular
	Rodrigo Pires Leocádio - Matrícula 207002 – Fiscal Substituto
17040/2020	Humberto Rodrigues Delegave Moura - Matrícula 207854 – Fiscal Titular
	Ricardo Fazoli Danetra – Matrícula 207305 – Fiscal Substituto
17512/2018	Patricia Soares Carvalho – Matrícula 299.080 – Fiscal Titular
	Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Substituto
22230/2018	Patricia Soares Carvalho – Matrícula 299.080 – Fiscal Titular
	Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Substituto
10487/2020	Jonilson Alves de Medeiros – Matrícula 063127 – Fiscal Titular
	Gilmar dos Passos da Rosa – Matrícula 062.346 – Fiscal Substituto

18.3. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do bem.

18.4. A verificação da adequação da aquisição deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19-DAS RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

20.2 – Comete infração administrativa:

20.2.1 – Não assinar o aceitar a Nota de Empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.2.2 – Apresentar documentação falsa;

20.2.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.2.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.2.5 – Não manter a proposta;

20.2.6 – Cometer fraude fiscal;

20.2.7 – comportar-se de modo inidôneo;

20.3 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

20.4.1 - Advertência;

20.4.2 - Multa:

20.4.2.1 - compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

20.4.2.2 - compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

20.4.2.3 - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.4.2.4 - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.4.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.4.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

20.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

20.6 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

20.7 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

21-DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da compra:

21.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

21.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22- DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 09 de agosto de 2023.

Érica Ribeiro de Freitas Borges

Secretaria de Saúde

Matrícula: 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

Secretária de Saúde

Matrícula: 106.137

ANEXO

ADESIVAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM 1 - VEÍCULO SEDAN

(Adesivação nas 02 (duas) laterais do veículo)



ITEM 2 – VEÍCULO HATCH

(Adesivação nas 02 (duas) laterais do veículo)



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA
DE SAÚDE

PROCESSO Nº: 30.153/2021

RUBRICA: _____ FOLHA: _____



ITE
M 3 -
CA
MIN
HON
ETE
PIC
APE

